

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos últimos dias têm estado a decorrer trabalhos de dragagens de sedimentos relativos à empreitada de prolongamento do quebra-mar e das acessibilidades marítimas ao Porto de Leixões. As dragagens, promovidas pela APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo SA -, têm retirado sedimentos do canal de acesso e anteporto do Porto de Leixões. Parte dos sedimentos são posteriormente descarregados, em canhão, junto à linha de costa para alimentar as praias a sul do quebra-mar.

Segundo a APDL, apenas os sedimentos dragados no canal de acesso ao Porto de Leixões são descarregados na envolvente do Castelo do Queijo, sendo o restante material descarregado no vazadouro ao largo, a cerca de 2,26 milhas do local.

Ao mesmo tempo que decorrem as dragagens, têm aparecido na água e sobre a areia da praia de Matosinhos e da praia Internacional massas acinzentadas de substâncias provenientes dos locais onde decorrem os trabalhos de dragagem.

Apesar de a APDL garantir que os sedimentos não estão poluídos e de considerar que são “de excelente qualidade e que podem ser descarregados diretamente nas praias, ou imersos em meio hídrico”, as análises conhecidas até à data remontam a agosto de 2017. Ora, as amostragens feitas nessa data já não representam os sedimentos ali depositados aos dias de hoje. Acresce que os pontos de amostragem considerados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não parecem abranger o canal de acesso após aproximação à Barra.

No parecer da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental, de julho de 2018, alertava-se, sobre hidrodinâmica e regime sedimentar, no ponto 43, que na fase de construção seria necessário “realizar campanhas de monitorização da qualidade da massa de água entre o Quebra-Mar exterior e o seu prolongamento e as praias de Matosinhos e Internacional, incluindo uma campanha antes do início dos trabalhos (que servirá de referencial zero).”

Tendo em conta a informação já com mais de quatro anos a respeito dos materiais dragados, o

grupo parlamentar do Bloco de Esquerda considera que as entidades competentes devem esclarecer se os sedimentos que estão a alimentar as praias a sul do quebra-mar do Porto de Leixões correspondem de facto a areias de classe 1 e 2, já que os impactes observáveis nas praias afetadas fazem crer que estas estão a ser expostas a sedimentos finos ou “lodos”, quer pela flocculação observável, quer pela deposição de massas cinzentas na praia Internacional. Pondo de parte que estes eventos têm origem nos dragados ou nas dragagens que se encontram em execução, importa esclarecer de onde são oriundas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Tem o governo conhecimento das análises feitas aos sedimentos dragados e aos materiais em suspensão na praia de Matosinhos decorrentes dos trabalhos promovidos pela APDL e das descargas nas praias a sul do quebra-mar do Porto de Leixões?
 - 1.1 Se sim, quais os resultados das referidas análises?
 - 1.2 Qual a sua periodicidade?
 - 1.3 Irá a APA divulgar publicamente e periodicamente os resultados dessas análises à população?
2. Tem a APA conhecimento se a APDL procedeu conforme o definido no ponto 43 das medidas de mitigação do EIA?
 - 2.1 Tem a APA informação relativamente à campanha imediatamente anterior ao início dos trabalhos que serve de referencial zero?
3. Considera a APA ser necessário solicitar uma nova análise atualizada a laboratório nacional certificado que inclua os materiais em suspensão na água e as massas nas praias, os pontos de amostragem do EIA e dos restantes materiais dragados no canal de acesso para além do último ponto de amostragem a sul (E6)?
4. Sabe a APA se a APDL tem procedido a monitorização que avalie os eventuais impactes na saúde pública e no ecossistema costeiro provocados pelos materiais dragados nas praias a sul do quebra-mar e que se têm manifestado nos últimos dias?
5. Considera a APA que a APDL se encontra obrigada a disponibilizar os dados destas atualizações e avaliações em falta publicamente e disponibilizar informação frequente e completa sobre o decurso dos trabalhos no âmbito do alargamento do Porto de Leixões?

Palácio de São Bento, 12 de novembro de 2021

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)